



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 04/2019

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão aberta ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

Assuntos de iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata número 3/2019, referente à reunião plenária do dia 17/06/2019;
2. Eleição do Provedor do Estudante;
3. Outros Assuntos.

Assuntos de iniciativa do Reitor

1. Informações;
2. Análise da situação orçamental e financeira da Universidade do Minho;
3. Internacionalização da Universidade do Minho;
4. Análise dos resultados do acesso aos cursos da Universidade do Minho – 2019;
5. Pedido de adesão da Universidade do Minho à ADVID - Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanróman, Ana Serrano, Diamantino Pereira, Eugénio Ferreira, Isabel Soares, Joaquim Rocha, Maria Helena Guimarães, Maria José Casa-Nova, Patrícia Jerónimo Vink, Paulo Pereira, Sandra Paiva, Joana Domingues, João Rocha, Nuno Reis, Rui Oliveira, Victor Soares, José Teixeira e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros Luís Amaral, Maria da Graça Coelho, Manuel Carvalho da Silva e Paula Silva. A folha de presenças constitui o anexo I da presente ata.

Antes do início dos trabalhos, tomaram posse como membros do Conselho Geral o Professor Joaquim Manuel Freitas da Rocha e a Estudante Joana Ferreira Domingues. Foram ainda investidos, como membros do Conselho de Ética, os Professores Maria Helena Costa Carvalho Sousa e Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque.

Assuntos de Iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata n.º 3/2019, referente à reunião do dia 17/06/2019

Previamente à votação da ata, a Conselheira Maria José Casa-Nova dirigiu-se ao Conselho para informar que iria votar contra a ata n.º 3/2019, concretamente no que se refere ao conteúdo do anexo IV constante da mesma, relativo à resposta do Administrador da UMinho ao memorando da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros, tendo de seguida procedido à leitura da sua declaração de voto.

Colocada à votação a ata da reunião do Plenário ocorrida em 17 de junho de 2019, esta foi aprovada por maioria, com a declaração de voto apresentada pela Conselheira Maria José Casa-Nova, a qual ficará apensa à presente ata (anexo II).

2. Eleição do Provedor do Estudante

O Presidente recordou que, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento do Provedor do Estudante da UMinho, tinha sido apresentada ao Conselho pelos Representantes dos Estudantes uma proposta de eleição da Professora Rosa Maria Castro Fernandes Vasconcelos para o cargo de Provedora do Estudante, proposta essa que foi alvo de subscrição por vários Conselheiros. Dado tratar-se de uma eleição nominal, informou que a mesma seria realizada através de voto secreto.

Terminada a votação, foi realizado o apuramento do resultado, tendo sido eleita para o cargo de Provedora do Estudante (mandato 2019-2021), por unanimidade dos membros presentes, a Professora Rosa Maria Castro Fernandes Vasconcelos, Professora Associada da Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

3. Outros Assuntos

Neste ponto foi proposto ao Senhor Reitor, pela Conselheira Maria José Casa-Nova, a realização de um seminário de reflexão/balanço sobre a passagem da Universidade do Minho a fundação pública com regime de direito privado.

Assuntos de Iniciativa do Reitor

1. Informações

O Reitor prestou diversas informações ao Conselho, tendo relevado os aspetos mais significativos da vida da Universidade ocorridos no período de junho a outubro de 2019.

No que respeita à vida institucional, mencionou a iniciativa *Verão no Campus*; as ações de acolhimento dos novos estudantes, em especial os da graduação, e nas quais foi pela primeira vez foi utilizada a figura de Embaixador da UMinho; a cerimónia de boas-vindas aos novos alunos, que contou com a presença do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; o encontro Caixa Alumni 2019, que reuniu no Campus de Azurém os antigos

estudantes; a inauguração oficial da Loja da UMinho, localizada no Largo do Paço, e a tomada de posse da nova Presidente do Conselho Cultural, Professora Maria Helena Costa Carvalho Sousa.

No âmbito da atividade das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI), destacou as cerimónias do Dia do Instituto de Educação e do Dia da Escola de Medicina, assim como a tomada de posse da nova presidência do Instituto de Letras e Ciências Humanas e da Escola de Engenharia. Fez de seguida menção às visitas institucionais realizadas pelas delegações da Universidade de Lille e da Universidade de São Paulo, e informou que o Reitor da última se deslocará em breve à UMinho para várias sessões de trabalho que envolverão as diferentes UOEI.

Relativamente à assinatura de protocolos, informou sobre o Memorando de Entendimento celebrado com a Câmara Municipal de Valongo, com vista à integração futura desta na rede de Casas do Conhecimento, e a assinatura do protocolo com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, ao abrigo do qual a Escola de Direito e a Escola de Arquitetura prestarão apoio a um conjunto importante de iniciativas do Ministério da Justiça. Fez também referência à assinatura do protocolo com a DST-Domingos da Silva Teixeira, S.A., o qual permitirá suportar o desenvolvimento do curso de formação especializada “Pós-Graduação em Gestão para Quadros Superiores”, a ministrar pela Escola de Economia e Gestão.

Sobre o protocolo de colaboração estabelecido com a Câmara Municipal de Braga (CMB) no âmbito do Convento de São Francisco, do Mausoléu de São Frutuoso e da Igreja de São Francisco, informou o Conselho de que o Convento de S. Francisco havia sido entregue à UMinho em regime de comodato, ao abrigo do qual a UMinho realizou um conjunto de intervenções no espaço de modo a permitir a contenção da degradação acelerada do monumento. Referiu a existência inicial de um compromisso por parte de várias entidades nacionais, de entre as quais a CCDR-N e o Ministério da Cultura, de candidatura do projeto que a UMinho foi desenvolvendo ao longo dos anos com recurso a docentes de várias UOEI, na qual seriam disponibilizados 2 milhões de euros, mas cujo aviso da candidatura lançado pelo governo foi de apenas 1 milhão de euros, o que inviabilizou o desenvolvimento do projeto. Atendendo à enorme relevância da intervenção naquele edifício, bem como à qualidade do projeto da Universidade, foi possível estabelecer um novo acordo que permitiu uma reversão temporária da cedência à UMinho do Convento de S. Francisco, possibilitando assim à CMB liderar a candidatura, a qual se espera que seja acolhida pela CCDR-N.

Ao nível das missões realizadas, mencionou a visita à Universidade da Transilvânia e à Universidade Politécnica de Timisoara, ambas localizadas na Roménia, e com as quais a Escola de Ciências tem vindo a desenvolver relações de colaboração importantes. Referiu também a visita à Universidade de Malmö (Suécia), parceira fundamental da UMinho na candidatura à Aliança das Universidades Europeias, e a deslocação à Universidade de Nankay, por ocasião do seu centésimo aniversário, uma das mais importantes universidades da República Popular da China e parceira da UMinho há mais de 15 anos na atividade do Instituto Confúcio.

Deu conhecimento ao Conselho da realização da última reunião do Conselho para o Desenvolvimento Sustentado do Hospital de Braga, face ao fim do quadro da gestão público-privada, e considerou importante a atribuição ao

Hospital de Braga do título de Hospital Universitário, de modo a proporcionar e agilizar futuros projetos com a UMinho no âmbito da formação e educação médica.

Enalteceu a atribuição do prémio desporto universitário, atribuído pela EUSA - European University Sports Association, o qual reconheceu a UMinho como a melhor universidade da década na área do desporto, considerando que este prémio testemunha a qualidade do trabalho desenvolvido, e que se traduz num número de praticantes regulares elevado e na organização de grandes competições nacionais e europeias.

Fez ainda referência à inauguração da exposição do Plano de Desenvolvimento do Campus de Azurém, à realização do Festival de Outono e às exposições inseridas nos Encontros de Imagem.

Por último, e ao nível das relações interinstitucionais, informou que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) reuniu para debater a agenda do próximo governo no que respeita ao Ensino Superior, com ênfase nas questões de índole financeira, recordando o acordo firmado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) com o Governo que previa o reembolso destas no caso de existirem alterações legislativas com impacto nos respetivos orçamentos, como por exemplo, por força da implementação do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e das valorizações remuneratórias, o que não se verificou. No caso da redução das propinas, as IES apenas foram ressarcidas em cerca de 40% do valor resultante da perda da receita por via do pagamento de propinas.

Terminada a exposição do Reitor, o Presidente abriu o debate.

Tendo por base o início de um novo ano letivo, assim como o de uma nova legislatura, o Conselheiro Nuno Reis pediu ao Reitor esclarecimentos sobre a questão do alojamento universitário, a qual marcou de forma muito intensa o início do ano escolar em várias instituições do ensino superior. Recordou que a implementação do Plano Nacional de Alojamento (PNA) na UMinho apenas se traduziu num aumento de oito camas em Guimarães e questionou se foram realizados contactos entre o governo, a CMB e a UMinho no sentido de serem encontradas novas soluções. Questionou também a existência de prazos bem definidos para a concretização de medidas e se haverá soluções atempadas para o início do próximo ano letivo.

Considerou falacioso o discurso do governo relativo ao aumento da dotação das IES, dado que a maior parte do valor ressarcido diz respeito a matérias oriundas da estratégia da execução governativa. Salientou o não investimento em matérias de ação social escolar, nomeadamente, na construção de residências universitárias e no alargamento da base social de bolsas de estudo, e questionou se, em sede do CRUP, foi convenientemente analisada a questão da continuidade da redução progressiva das propinas, concretamente, se ela será feita sem prejuízo do investimento na ação social escolar, a qual continua deficitária de fundos comunitários.

A Conselheira Maria Helena Guimarães interpelou o Reitor relativamente à estratégia que será adotada pela UMinho para efeitos da implementação do artigo 77.º do Decreto Lei nº 84/2019, respeitante aos concursos para a promoção nas carreiras de Professor Associado e Professor Catedrático, dado que nele é disposto que até 31 de dezembro de 2019 deverá ocorrer a abertura desses concursos.

Pediu informação sobre a previsão para o início da elaboração do plano estratégico da UMinho, dado que em algumas UOEl está a terminar o período de vigência dos seus próprios planos, e estas pretendem elaborar o próximo balizado pelo da Universidade. Pediu também informação sobre a receção ou não do relatório final da avaliação institucional realizada pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, tendo o Reitor respondido de imediato que o referido relatório não foi ainda remetido à Universidade.

Por último, e no âmbito de aprovação pelo Conselho da participação da UMinho na Associação Centro Ciência Viva de Guimarães, pediu esclarecimentos sobre quais as vantagens para a UMinho da alteração dos Estatutos daquela Associação, para além da possibilidade de esta poder usufruir de apoios financeiros públicos.

A Conselheira Joana Domingues dirigiu-se ao Reitor alertando para o facto de, aquando da revisão do regulamento de atribuição das bolsas de estudo, no âmbito da legislação relativa à redução das propinas, o valor da bolsa dos estudantes do 2.º ciclo ter sofrido uma forte redução pelo facto de ter sido igualada à dos estudantes do 1º ciclo e Mestrado Integrado (872,00€). Dado que o valor mínimo das propinas dos cursos do 2.º ciclo é de 1.250,00 €, e este ciclo de estudos não foi abrangido pela legislação da redução das propinas, alertou para a eventualidade de este desvio poder promover grandes desigualdades, na medida em que são quase 4000 os estudantes abrangidos por esta redução, sendo o seu entendimento que as IES e o Governo deverão rever esta situação.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro João Rocha, que se referiu aos programas de intercâmbio entre as IES portuguesas, em concreto, os programas *Erasmus no Interior*, considerando-os como importantes veículos que permitirão aos estudantes vivenciar novas realidades e adquirir competências e capacidades por via da investigação em outras IES. Contudo, entendeu pertinente analisar o formato em que este programa de intercâmbio se irá desenvolver, de modo a evitar os problemas de adequação aos planos de estudos dos cursos verificados nos programas de intercâmbios ERASMUS +. Sugeriu centrar o programa *Erasmus no Interior* apenas na área de investigação, apresentando como bons exemplos de investigação do interior, a plataforma criada pelos docentes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Instituto Politécnico de Bragança para a aplicação dos fundos europeus na região do Douro no estudo dos impactos sociais para as populações, assim como a intervenção nas áreas agrícola e da etnobotânica promovida pelo Instituto Politécnico de Beja. Interpelou de seguida o Reitor no sentido de obter informação sobre o interesse da UMinho nestes programas e se a mesma terá a capacidade de corresponder a todas as necessidades formais, nomeadamente, a ação social, e se já houve contactos formais com o CRUP sobre esta matéria, dado que há já trabalho de base realizado no ensino superior português.

O Estudante Rui Oliveira solicitou ao Reitor informação sobre o Gabinete de Inclusão, designadamente, se este já se encontra em funcionamento e se o mesmo servirá apenas para promover atividade genérica de inclusão ou se se destinará a um público mais específico. Questionou também se a Comissão para a Inclusão já está constituída e em funcionamento e, em caso negativo, se há previsão para o início dos trabalhos.



No âmbito dos esclarecimentos prestados ao Conselho pelo Reitor na última reunião plenária sobre o processo de regularização dos vínculos precários, o Conselheiro Eugénio Ferreira solicitou informação sobre a calendarização para a concretização da integração dos trabalhadores e investigadores ao abrigo do mesmo. No caso dos bolseiros cujo término dos contratos se aproxima, e face ao compromisso assumido pela Reitoria de manter essas pessoas em funções enquanto o processo não for concluído, questionou se o planeamento do orçamento de investigação para o próximo ano deverá ou não contemplar a renovação do contrato destes bolseiros. Também a Conselheira Sandra Paiva chamou a atenção para a necessidade de se perceber verdadeiramente o que será realizado antes de os contratos terminarem, na eventualidade de a solução por parte do governo não ser apresentada atempadamente.

O Conselheiro Victor Soares centrou a sua intervenção nos processos em curso de mobilidade interna e de intercarreiras e da avaliação dos trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão (SIADAP – biénio 2019/2020). Considerou que estes dois processos não tiveram por parte dos responsáveis da UMinho a relevância devida, em particular no que respeita à celeridade que lhes deveria ter sido conferida, salientando o facto de terem já decorridos 18 meses desde o início do processo de mobilidade interna e de intercarreiras, não se perspetivando para breve a sua conclusão. Ressaltou o facto desta morosidade nada ter a ver com o desempenho dos elementos que integram a Comissão de análise, mas sim com razões de opção gestionária, nomeadamente, a redução significativa da verba a disponibilizar para estes processos, inicialmente definida em 100.000€ e posteriormente reduzida para 50.000€. Em seu entender, seria justificável não a redução, mas sim o aumento da verba, face ao elevado número de trabalhadores que reúnem as condições de candidatura e detêm expectativas relativamente às significativas alterações nas respetivas carreiras que a mobilidade proporciona. Solicitou ao Reitor a realização das diligências necessárias para que o processo seja efetivamente terminado com a maior brevidade possível, e que sejam criadas efetivas e reais condições para que este instrumento de mobilidade possa corresponder às verdadeiras expectativas dos trabalhadores que desenvolveram as suas habilitações e a sua formação profissional na presunção, tantas vezes criada e fomentada pela própria instituição, de que essas expectativas serão passíveis de um adequado e merecido acolhimento em sede de mobilidade interna. Relativamente à avaliação SIADAP – biénio 2019/2020, chamou a atenção para o facto de o despacho que veio definir o conjunto de regras que irão determinar esse processo ter sido publicado em setembro de 2019, quase a meio do biénio em avaliação, o que terá provocado uma série de constrangimentos nos avaliadores e avaliados, com as consequências de ordem jurídico-formal que daí podem advir. Pediu que esta prática venha a ser melhorada e corrigida no futuro, conformando-se com os períodos temporais legalmente estipulados para a aferição do desempenho dos trabalhadores.

Tendo em vista minimizar as consequências da escassez de financiamento da Universidade, o Conselheiro José Teixeira sugeriu que, à semelhança do que acontece nos Estados Unidos da América, a UMinho contacte os antigos estudantes que usufruíram de bolsa durante o percurso académico, e que hoje sejam profissionais de

sucesso, de modo a que estes possam retribuir à Universidade o investimento que a mesma teve na sua formação, devolvendo assim à sociedade o que esta neles investiu. Mostrou disponibilidade para integrar o grupo que dinamizará esta iniciativa, de modo a que a UMinho possa explorar fontes de financiamento inovadoras.

Neste contexto, o Conselheiro Nuno Reis recordou a pertinência da utilização da Comissão de Fundraising para o desenvolvimento de projetos específicos, como por exemplo a reabilitação de edifícios e construção de residências universitárias, de modo a reduzir os custos da Comunidade Académica.

Findas as intervenções, foi conferida a palavra ao Reitor para resposta às questões colocadas pelos Conselheiros.

No que respeita ao alojamento, disse tratar-se de um problema de grande relevância e para o qual o PNA não tem sido capaz de dar resposta àquelas que são as verdadeiras necessidades das instituições. Enalteceu o trabalho realizado pela Associação Académica na identificação e diagnóstico dos problemas, assim como na apresentação de propostas de solução, e informou que os Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM) têm indicações para explorar todas as alternativas que possam minorar o problema de forma limitada. Deu conhecimento ao Conselho que, dos edifícios considerados pela UMinho como passíveis de serem integrados no PNA, apenas dois foram validados e aprovados, a saber, o edifício do antigo Centro de Recrutamento Militar, localizado em Braga, e o Edifício da antiga Escola de Santa Luzia, em Guimarães. Referiu também a renovação do contrato com as Oficinas de S. José, em Guimarães, no qual a UMinho disporá das suas receitas próprias para criar condições para mais acesso ao alojamento.

Relativamente à redução do valor das propinas, disse não existir qualquer informação por parte da Tutela sobre a continuidade da medida e considerou que na sua implementação não foram ponderados os verdadeiros problemas das IES, tornando-se assim necessário acompanhar o desenvolvimento desta matéria de modo a garantir as devidas contrapartidas para a UMinho. Ainda no âmbito da redução das propinas e, na sequência da intervenção da Conselheira Joana Domingues, considerou preocupante a redução do valor das bolsas dos cursos de 2.º ciclo, na medida em que poderá existir o risco de alguns desses estudantes terem necessidade de suspender a sua matrícula por precarização de situação financeira, e referiu que o único instrumento que a UMinho tem para poder acorrer a situações deste tipo é o Fundo Social de Emergência.

Sobre a implementação do artigo 77.º do Decreto Lei nº 84/2019, respeitante aos concursos para a promoção nas carreiras de Professor Associado e Professor Catedrático, informou que está a decorrer o processo de identificação e listagem de todos os professores que reúnem as condições de elegibilidade, sendo posteriormente comunicada essa informação às UOEl para validação. Dado tratar-se de uma medida extraordinária de progressão na carreira docente e politécnica universitária, e de modo a evitar situações que poderão ser penalizadoras, será encetado um diálogo com os presidentes das UOEl com vista a encontrar uma estratégia coletiva de abertura de concursos que permitam resolver as situações de áreas disciplinares em que o número de professores associados e catedráticos se encontra muito distante dos 50% que o Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) estabelece.

Informou que a Equipa Reitoral deu já início à discussão interna sobre o Plano Estratégico, tendo sido debatida a redução da vigência do mesmo, por se considerar que sete anos é muito tempo face à velocidade de transformação e circunstâncias da instituição, assim como os quadros de referência, dando como exemplo o documento elaborado pelas Nações Unidas sobre os objetivos para o desenvolvimento sustentável. Disse existir uma convicção da direção da Universidade de que esta deverá passar a privilegiar a qualidade institucional e não tanto os objetivos de crescimento quantitativo, e que o novo Plano Estratégico deverá assentar num largo debate interno de modo a poder ser efetivamente assumido como referencial na ação e tomadas de decisão futuras. Ainda neste âmbito, referiu que será elaborado, de forma coletiva, um documento que se torne o efetivo guião para as decisões estruturantes da UMinho.

Referiu de seguida a importância para a UMinho do Centro Ciência Viva, destacando o facto de este constituir uma plataforma fundamental de articulação dos conteúdos que são produzidos na Universidade junto da população escolar, assim como um espaço de análise dos processos e resultados da investigação científica.

Considerou pertinente a sugestão dada pelo Conselheiro João Rocha no que concerne à utilização do programa ERASMUS do Interior, sobretudo em contextos de investigação, mas informou que, até ao momento, não houve nenhum contacto do governo com as IES a respeito desse programa. Recordou que a procura das instituições do interior pelos estudantes esteve na base de um conjunto de medidas que foram sendo tomadas, algumas bem-sucedidas, outras não, e alertou para as graves consequências num eventual cenário de crise para a IES situadas nessas regiões do país.

No que respeita ao Gabinete para a Inclusão, informou que este será alvo de revisão do seu conteúdo funcional e considerou a inclusão como sendo um dos maiores desafios que as IES enfrentam, na medida em que toca aspetos como a origem social, a situação económica dos estudantes, as posições em contextos de trabalho e a origem étnica. Recordou algumas das respostas dadas pela UMinho consideradas pioneiras no país, como por exemplo, a promoção de cursos de preparação para o acesso ao ES, os quais têm sido um sucesso na atração de candidatos e na criação de condições efetivas de integração na UMinho.

Em resposta ao Conselheiro Eugénio Ferreira, informou que a UMinho recebeu em agosto a homologação das decisões das comissões bipartidas de avaliação das candidaturas PREVPAP, das quais resultou a integração de 109 Trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão e 12 Investigadores, cabendo agora ao Conselho de Gestão a aprovação das orientações que serão adotadas nessa integração. Informou que a integração destes trabalhadores e investigadores representará um adicional de encargos entre 1.1 e 1.3 milhões de euros, a ser suportado por receitas próprias, dado que ainda não foi manifestada pelo governo qualquer intenção de ressarcir a UMinho do mesmo. No que respeita ao processo negocial da posição salarial destes trabalhadores, afirmou que a solução que para eles vier a ser encontrada não poderá deixar de ter em conta a posição salarial das pessoas que há muitos anos trabalham na instituição.

No caso dos 12 investigadores, comunicou que estes passarão a ser integralmente suportados pela UMinho, havendo, contudo, um compromisso do MCTES fazer face às despesas relativas aos seus contratos, o qual se

espera vir a ser efetivo. Recordou que, desde o início do processo, tem vindo a ser realizada a recontração dos trabalhadores abrangidos pelo PREVPAP e que assim se manterá até ao seu término. No entanto, chamou a atenção para o facto de, aquando da integração destes trabalhadores, alguns deles poderem vir a ser realocados em novos serviços, dado que este processo constitui uma oportunidade para a universidade capacitar os seus serviços. Neste sentido, irão ser definidas pelo Conselho de Gestão um conjunto de regras que balizarão as decisões que vierem a ser tomadas.

Confirmou o deferimento temporal do processo de análise dos requerimentos de mobilidade intercarreiras referido pelo Conselheiro Victor Soares, afirmando que o mesmo não se ficou a dever a qualquer desconsideração pelas pessoas envolvidas, mas apenas à necessidade de uma resposta limitada e ponderada de modo a não pôr em risco a sustentabilidade financeira da UMinho. Relativamente ao SIADAP, confirmou o desajustamento no tempo e disse ser desejável que todo o processo de enquadramento tivesse sido definido no início de 2019, mas que tal não foi possível. No entanto, salientou as importantes melhorias introduzidas no processo, o que lhe conferiu mais flexibilidade e maior adequação às suas várias etapas.

Terminou a sua intervenção afirmando que a estratégia de Fundraising da UMinho nunca equacionou um direcionamento específico para o grupo de ex-estudantes beneficiários de bolsa durante o percurso académico, pelo que agradeceu ao Conselheiro José Teixeira a proposta apresentada, a qual transmitirá ao Pró-Reitor Guilherme Pereira para que esta seja incluída nas ações a desenvolver.

O Presidente informou o Conselho do pedido do Reitor para que o ponto 2. dos assuntos da sua iniciativa, relativo à análise da situação orçamental e financeira da UMinho, fosse debatido em último lugar e reservado apenas aos membros do Conselho, tendo a Conselheira Maria José Casa-Nova interpelado o Presidente para referir a necessidade de colocar à votação do Conselho a alteração da ordem de trabalhos, o que não se verificou.

3. Internacionalização da Universidade do Minho

O Reitor fez uma breve contextualização da apresentação a realizar, recordando que no plano de ação para o quadriénio 2017-2021 estava definido o incremento da internacionalização como prioridade estratégica, formulada em termos de aprofundamento da qualidade da internacionalização, do reforço da presença da UMinho em redes internacionais, da consolidação das parcerias estratégicas e da intensificação da atividade da Universidade no espaço europeu do ensino superior.

A Pró-Reitora para a Internacionalização, Prof.^a Doutora Carla Martins, apresentou de seguida ao Conselho a evolução das práticas de internacionalização da UMinho nos últimos 5 anos, com ênfase nas áreas da educação e da investigação, informando sobre as parcerias internacionais estabelecidas, as redes de universidades em que a Universidade está representada e os rankings internacionais.

Fez referência à evolução do número de estudantes estrangeiros nos últimos anos letivos, que em 2019 contabiliza 2500 estudantes, provenientes de 83 países, sendo o Brasil, a Angola, Cabo Verde e a China os mais representados. Informou que, ao nível do 1º ciclo, o número é ainda relativamente baixo, cerca de 500 estudantes,

mas que nos dois últimos anos letivos se assistiu a um aumento significativo de estudantes de cursos do 2.º ciclo. No que diz respeito ao 3.º ciclo, afirmou ser possível verificar que os estudantes estrangeiros constituem quase metade da totalidade destes estudantes na UMinho.

Sobre os programas de mobilidade, transmitiu que a UMinho recebe mais estudantes do que aqueles que envia para instituições congéneres, verificando-se o contrário no caso de docentes e investigadores. No âmbito da mobilidade dos Trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão, salientou o trabalho desenvolvido que se traduziu num aumento expressivo do número de participantes.

Deu a conhecer o aumento do financiamento captado pela UMinho na ação KA103, relativa à mobilidade de indivíduos dentro de países da União Europeia (EU), e no que respeita à mobilidade para países fora da EU (ação KA107), disse tratar-se de uma oportunidade estratégica que permitirá entrar em países com os quais a UMinho não tem cooperação ou tem cooperação reduzida. Foi assim possível captar para 2019-2021 financiamento para programas de mobilidade em 41 países, com o principal intuito de apoiar o desenvolvimento e a modernização de IES na Jordânia, no Líbano, na Palestina, na Síria e na Tunísia.

Mostrou a evolução de candidaturas nas quais a UMinho é coordenadora de consórcio e/ou parceira em consórcio liderado por outras instituições e referiu que tem sido realizado um esforço para aumentar o número de candidaturas em que a UMinho é coordenadora.

No campo da investigação, salientou o indicador das publicações com colaborações internacionais indexadas nas três principais bases de dados - *Scopus 220*, liderados por publicações oriundas de Espanha, seguindo-se o Brasil e os Estados Unidos da América; *Web of Science*, encabeçados por Espanha, Brasil, Estados Unidos da América e Inglaterra e *inCites*, com 1180 artigos publicados em colaborações internacionais com as Universidades do Porto, de Coimbra, da Nova de Lisboa, de São Paulo e da Califórnia.

Apresentou de seguida o número de projetos de investigação com parceiros internacionais no período de 2014 a 2019, bem como o cofinanciamento captado pelos mesmos.

Relativamente às parcerias internacionais, informou que, à data de dezembro 2018, o número total de protocolos da UMinho com instituições internacionais era de 1526, celebrados com 78 países e 718 entidades. Destes 1526 protocolos, 190 referem-se a acordos internos com 39 países e 150 entidades e 1336 dizem respeito a acordos ERASMUS+, celebrados com 65 países e 592 entidades. Realçou a parceria estabelecida com a Universidade de São Paulo, no que respeita à investigação conjunta, ao abrigo da qual foram apresentadas 40 candidaturas a projetos de investigação, das quais 4 foram já aprovadas, envolvendo a colaboração de 40 investigadores pertencentes às duas instituições.

Referiu de seguida as universidades europeias consideradas como parceiros estratégicos, Universidade de Lille (França), Universidade de Roma Tre (Itália), Universidade de Malmö (Suécia), Universidade de Wrocław (Polónia), Universidade Babeş-Bolyai (Roménia), Universidade de Mykolas Romeris (Lituânia) e Universidade Europeia de Viadrina (Alemanha). Deu também a conhecer as redes de universidades que a UMinho integra, designadamente, o Centro de Estudos Eurorregionais (CEER); o Grupo Compostela de Universidades (CGU); o Santander Group of

Universities (SGroup); a Conferência de reitores das Universidades do Sudoeste da Europa (CRUSOE); o International Sustainable Campus Network e o UI Greenmetric World University Rankings Network.

Finda a apresentação, o Presidente conferiu a palavra ao Conselheiro Victor Soares que agradeceu a apresentação da Pró-Reitora para a Internacionalização e questionou a possibilidade de a mesma ser disponibilizada ao Conselho. Enalteceu os números apresentados, bem como o trabalho realizado pelo Gabinete da Pró-Reitora e pelos Serviços de Relações Internacionais. Considerou importante a intensificação dos programas de mobilidade dirigidos aos Trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão e lançou o apelo aos responsáveis pelos serviços no sentido de autorizarem a mobilidade dos seus colaboradores.

4. Análise dos resultados do acesso aos cursos da Universidade do Minho – 2019

Foram apresentados pelo Reitor os dados respeitantes ao resultado do concurso de acesso aos cursos da Universidade do Minho para o ano letivo de 2019/2020, tendo informado que, das 2.915 vagas a concurso (2.869 do Concurso Nacional de Acesso e 46 do Concurso Local para a Licenciatura em Música) tinham sido preenchidas 2.855 (97,84%), das quais 1.523 dizem respeito a candidatos que colocaram a UMinho como 1.^a opção. Disse existirem alguns cursos que merecerão especial atenção pelo facto de não terem preenchido totalmente as vagas, alguns dos quais chegaram à fase final do concurso com menos de 20 colocados.

Ao nível dos candidatos, referiu que a média de entrada mais elevada se verificou no curso de Engenharia Física, atingindo os 19,66 valores, e que o último candidato com média mais elevada ingressou no Mestrado Integrado em Medicina com 18,22 valores.

Prosseguiu a sua intervenção dando a conhecer ao Conselho a evolução nos últimos três anos letivos do número de inscritos através dos Concursos Especiais para ingresso de estudantes internacionais, dos titulares de cursos superiores e dos estudantes maiores de 23 anos, bem como do número de reingressos e prescrições. No que respeita aos cursos do 2.º e 3.º ciclos, apresentou os dados referentes ao número de inscritos nos anos de 2017, 2018 e 2019 em cada uma das UOEL.

Fez ainda referência ao Seminário de lançamento do Colégio Doutoral, a realizar no dia 23 de outubro, no qual participarão vários oradores de instituições de ensino superior estrangeiras, com vista à partilha da experiência da atividade desenvolvida por estruturas congéneres. Por último, elencou os novos ciclos de estudos submetidos à acreditação no corrente mês e informou o resultado da acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento, por UOEL e em associação com outras universidades portuguesas.

5. Pedido de adesão da Universidade do Minho à ADVID - Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense

Foi realizado pelo Reitor um breve enquadramento da atividade desenvolvida pela Associação, referindo que a mesma se centra em dois eixos principais, um primeiro dedicado à definição e à produção de vinhos portugueses que vão de encontro ao que é desejado pelos consumidores, e um outro com vista a conceber e a criar as condições para um sistema vitivinícola resiliente. Informou que este laboratório colaborativo tem como grandes

objetivos apoiar o setor da vinha na procura de soluções que permitam aumentar a procura no mercado de vinhos portugueses e garantir a qualidade do seu sistema de produção, de modo a responder aos desafios com que o setor é confrontado. Recordou que a proposta de adesão da UMinho a esta Associação foi apresentada pela Escola de Ciências, adesão essa que conta com o acordo da Associação de Viticultura Duriense, e que a mesma permitirá um envolvimento da Universidade numa estrutura com enorme potencial na relação entre os setores produtivos e a investigação.

De seguida, o Presidente colocou à votação a proposta de adesão da Universidade do Minho à ADVID - Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos membros presentes.

O Presidente deu por terminada a sessão aberta ao público, prosseguindo a reunião com a discussão do ponto 2. dos assuntos de iniciativa do Reitor.

2. Análise da situação orçamental e financeira da Universidade do Minho

O Reitor informou que este ponto de situação se enquadra na sua linha de orientação de partilhar com o Conselho Geral as ações a que Universidade está sujeita, neste caso concreto relativamente às questões de índole orçamental e financeira, e apresentou as razões que o levaram a pedir para que a apreciação deste ponto fosse limitada ao Conselho.

Foi conferida a palavra ao Administrador da Universidade, Prof. Doutor Carlos Menezes, que contextualizou a situação financeira atual da Universidade, iniciando a sua apresentação com uma análise comparativa da evolução dos saldos bancários do mês de outubro nos últimos cinco anos civis. Fez saber qual o valor necessário para se proceder ao pagamento dos vencimentos nos meses de novembro e dezembro, assim como o montante das faturas pagas e a liquidar, salientando nestas duas últimas rubricas que o montante referente a despesas com projetos de I&D será passível de reembolso. Apresentou também o valor de dívidas de Entidades Financiadoras, valor ao qual acrescem as dívidas associadas ao Emprego Científico – Norma Transitória.

Relativamente à execução do Orçamento 2019, informou que o orçamento da receita apresenta uma execução abaixo do que era esperado e comunicou a folga orçamental existente, sem inclusão dos saldos de gerência anteriores, para autorização de pedidos de cabimento até ao final do ano. No entanto, salientou o facto de esta folga se destinar prioritariamente a projetos de I&D, cujos critérios serão definidos pela Reitoria em conjunto com as UOEL. Mostrou grande preocupação pelo facto de existirem pedidos a aguardar autorização de cabimentos, na maioria oriundos das UOEL, cujo valor é superior ao orçamento disponível da UMinho, excluindo os saldos de gerência, o que denota que a UMinho está a executar mais despesa do que a solver as suas dívidas.

Terminou a sua intervenção recordando a obrigatoriedade de a UMinho cumprir a lei de compromissos e pagamentos em atraso, segundo a qual apenas poderá realizar compromissos até ao limite dos fundos



disponíveis, e a sua sujeição à regra de equilíbrio de tesouraria, que lhe permitirá apenas efetuar despesa até ao limite da receita arrecadada.

Finda a intervenção do Administrador, o Presidente abriu o debate para esclarecimentos.

O Conselheiro Joaquim Rocha cumprimentou o Administrador e disse concordar com os argumentos apresentados pelo Reitor para que este ponto fosse discutido de forma reservada. Contudo, mostrou o seu desacordo pela forma como foi alterada a ordem de trabalhos, sendo seu entendimento que se terá incorrido num erro formal, o qual poderia colocar em crise a legalidade de eventuais decisões tomadas. Mostrou também a sua discordância com a forma como a transmissão à Comunidade Académica foi interrompida, sem aviso prévio e explicação bastante.

O Conselheiro Victor Soares subscreveu a intervenção anterior, chamando a atenção para o facto de a alteração da agenda de trabalhos, bem como a decisão sobre a confidencialidade dos assuntos a abordar, constituir uma competência própria do Conselho e não apenas do seu Presidente. Solicitou de seguida ao Administrador informação sobre o desenvolvimento do processo de aquisição de mobiliário de escritório para alguns dos serviços da Administração, nomeadamente, a Direção de Recursos Humanos.

O Conselheiro Eugénio Ferreira solicitou ao Administrador informação sobre a previsão para o encerramento da plataforma de verbas, tendo o mesmo informado que o encerramento deverá ocorrer entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2019.

No âmbito das informações prestadas sobre a execução das verbas dos projetos de investigação, a Conselheira Sandra Paiva recordou as recorrentes chamadas de atenção para as consequências dos atrasos ocorridos nos processos de contratação dos investigadores, na execução dos projetos e na realização dos primeiros pedidos de pagamento, apesar dos ultimatums realizados à Universidade pela FCT, e questionou quais as medidas que serão tomadas a curto prazo de modo a introduzir mais celeridade na condução destes processos. Sobre esta matéria, o Administrador entendeu que a medida mais urgente diz respeito à intervenção ao nível da reestruturação do funcionamento do DocUM, dado que a tramitação dos processos, tal como está definida nesta plataforma, redundava num atraso significativo.

A Conselheira Maria José Casa-Nova interpelou o Reitor no sentido de obter informação sobre a razão pela qual não tinha sido disponibilizada antecipadamente ao Conselho a documentação relativa à apresentação realizada pelo Administrador, de modo a possibilitar uma análise comparativa com as contas consolidadas aprovadas em junho passado. Questionou também a pertinência da informação agora transmitida, dado que nela não são apresentadas as linhas de resolução dos problemas. Por último, e na qualidade de coordenadora de um projeto de investigação, referiu a morosidade do processo de tramitação das despesas, apresentando como exemplo o



processamento das viagens, cujo valor a pagar atinge por vezes mais do dobro do orçamento inicial remetido pela agência de viagens, face ao extenso período que medeia a cabimentação da despesa e o seu pagamento.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente deu a palavra ao Reitor que, em resposta à Conselheira Maria José Casa-Nova, afirmou ter submetido este assunto ao Conselho com a intenção de o informar das condições reais que impelem e impedem a tomada de decisões, muito embora estatutariamente não fosse obrigado a fazê-lo. No que respeita ao pedido para que este ponto fosse discutido em reserva, invocou tratar-se de uma matéria cujo impacto da informação na Comunidade Academia deverá ser acautelado.

Relativamente aos processos de contratação, afirmou existirem problemas sérios face à transição da figura de bolseiro para a contratação a termo, certo ou incerto, a qual coloca ao processo exigências diferentes e nele introduz maior morosidade, na medida em que há mais evidência de procedimentos administrativos que não estão em linha com as circunstâncias vigentes de atuação da UMinho. Disse não ser caso exclusivo da UMinho, outras instituições de ensino superior deparam-se com iguais constrangimentos, e que a revisão do Regulamento Orgânico conduzirá à redefinição de procedimentos, à identificação de funções e a um acréscimo de agilidade. Mencionou, no entanto, alguns exemplos de melhoria, nomeadamente, o pagamento em setembro dos salários a todos os trabalhadores cujo início de funções ocorreu em agosto, assim como o facto de ser possível conhecer diariamente a taxa de execução de vários projetos, no sentido de alertar de imediato os investigadores responsáveis no caso da ocorrência de desvios.

Sobre a diferença de preços na aquisição de viagens, recordou que o Código de Contratos Públicos obriga a diferentes etapas que não podem ser contornadas e que, por vezes, conduzem a um acréscimo de custos, considerando importante que as situações tidas como ineficientes sejam devidamente reportadas.

Foi entendimento da Conselheira Maria José Casa-Nova que houve da parte do Reitor uma descontextualização da sua intervenção, afirmando que a situação orçamental e financeira dada a conhecer pelo Administrador seria útil se refletida atempadamente pelo Conselho com vista à resolução do problema. Recordou que compete ao Conselho Geral, sob o ponto de vista político, analisar a informação que lhe é apresentada e procurar conjuntamente formas de resolução dos problemas que a Universidade defronta, o que não foi possível neste caso concreto.

O Administrador discordou da necessidade de distribuição prévia ao Conselho da apresentação por ele realizada, para efeitos de análise comparativa com as contas consolidadas aprovadas, e esclareceu que a informação agora transmitida não permite estabelecer qualquer relacionamento com o relatório de contas consolidadas, dado que esse relatório constitui apenas uma informação histórica que reflete os saldos bancários.

Salientou a situação financeira difícil em que a Universidade se encontra e, nesse contexto, considerou grave a existência de um número significativo de situações em que os responsáveis por projetos de investigação realizam despesas que não são elegíveis no âmbito do financiamento aprovado, não podendo assim ser recuperado o valor

vol

gasto. Considerou ainda ser necessário por parte dos responsáveis dos projetos ponderar muito bem o pedido de isenção de overheads, dado que estes constituem receitas próprias para a Universidade.

Disse concordar com as falhas apontadas ao processo de contratualização da aquisição de viagens, devendo o mesmo ser alvo de uma alteração profunda de modo a tornar-se eficiente. Afirmou estar preocupado com o estado de degradação do mobiliário de escritório de alguns serviços, estando prevista a utilização de verbas do PIDDAC para a renovação do mesmo.

Atendendo a que o Administrador na sua intervenção salientou as dificuldades financeiras com que a Universidade se depara, recorrendo, inclusive, à expressão “o dinheiro não cresce da relva”, a Conselheira Maria José Casa-Nova solicitou ao Secretariado do Conselho para que fosse registado em ata o desrespeito do Administrador para com os membros do Conselho Geral. Chamou ainda a atenção do Administrador para o facto de, por vezes, os investigadores terem necessidade de recorrer a verbas dos próprios, e não dos seus projetos, para garantir a aquisição em tempo útil de bens e serviços necessários à condução da investigação. Considerou inconveniente a forma como o Administrador se referiu à atuação dos investigadores, recordando-o do seu dever de respeitar o Conselho e de a ele prestar de forma clara todas as informações que lhe forem solicitadas.

Na sequência da intervenção anterior, o Administrador entendeu não ter desrespeitado os membros do Conselho, mas que o seu profissionalismo tinha sido posto em causa, tendo solicitado que estas considerações fossem registadas em ata.

O debate encerrou com a intervenção do Reitor na qual disse ter prestado toda a informação que permitia ao Conselho compreender a situação financeira atual da Universidade, que é preocupante, e conhecer as decisões que são necessárias tomar. Informou que foi já dado início a um conjunto de iniciativas junto do Ministério da Tutela, com vista a encontrar soluções para a alteração deste quadro e evitar a adoção de medidas mais drásticas.

O Presidente declarou findos os trabalhos às 13h50m, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente,



A Secretária,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião Plenária n.º 04/2019
21/10/2019

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	<i>Álvaro</i>
Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano	<i>Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano</i>
Diamantino Manuel Ínsua Pereira	<i>Diamantino Manuel Ínsua Pereira</i>
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira	<i>Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira</i>
Isabel Maria Costa Soares	<i>Isabel Maria Costa Soares</i>
Joaquim Manuel Freitas da Rocha	<i>Joaquim Manuel Freitas da Rocha</i>
Joana Ferreira Domingues	<i>Joana Ferreira Domingues</i>
João Manuel Nogueira Rocha	<i>João Manuel Nogueira Rocha</i>
José Gonçalves Teixeira	<i>José Gonçalves Teixeira</i>
Luís Alfredo Martins Amaral	<i>Luís Alfredo Martins Amaral</i>
Luís Francisco Valente de Oliveira	<i>Luís Francisco Valente de Oliveira</i>
Manuel Carvalho da Silva	<i>Manuel Carvalho da Silva</i>
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	<i>Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho</i>
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	<i>Maria Helena Almeida Silva Guimarães</i>
Maria José Manso Casa-Nova	<i>Maria José Manso Casa-Nova</i>
Nuno Henrique Vieira Reis	<i>Nuno Henrique Vieira Reis</i>
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	<i>Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink</i>
Paula Araújo Pereira da Silva	<i>Paula Araújo Pereira da Silva</i>
Paulo António Alves Pereira	<i>Paulo António Alves Pereira</i>
Ramón Villares	<i>Ramón Villares</i>
Rui Jorge Machado Oliveira	<i>Rui Jorge Machado Oliveira</i>
Sandra Cristina Almeida Paiva	<i>Sandra Cristina Almeida Paiva</i>
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	<i>Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares</i>

Ata Nº 03/2019 do Conselho Geral da Universidade do Minho**DECLARAÇÃO DE VOTO**

Eu, abaixo assinada, Maria José Manso Casa-Nova, membro do Conselho Geral, venho, por este meio, apresentar declaração de voto contra a ata nº 3/2019 do Conselho Geral da Universidade do Minho, mais especificamente no que diz respeito ao seu anexo IV, pelas razões a seguir aduzidas.

O Conselho Geral é o órgão colegial máximo de governo e de decisão estratégica da Universidade, vinculando a sua ação à realização da missão da Universidade e à prossecução do interesse público (artigo 1.º do Regimento).

De entre as competências do Conselho Geral e para a presente declaração de voto, destaco a alínea f) do ponto 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, relativa à aprovação das “contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do Fiscal Único”. As contas anuais consolidadas concernentes ao ano de 2018 e apresentadas sob a forma de Relatório foram objeto de análise pela Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros do Conselho Geral, tendo esta para o efeito produzido um Memorando sob assessoria da Professora Doutora Lúcia Rodrigues e enviado a todos os membros do Conselho Geral. Da análise das contas consolidadas resultou um conjunto de recomendações apresentadas pelos membros do Conselho Geral e que o Sr. Administrador da Universidade do Minho entendeu por bem refutar na reunião do Conselho Geral de 17 de Junho, ausentando-se de imediato por compromissos anteriormente assumidos. Dessa refutação dá conta o anexo IV da ata presentemente em apreço. É sobre o conteúdo desse anexo que esta Declaração de voto se debruça dado aquele conteúdo revelar desrespeito pelo Conselho Geral e pela colega que assessorou a Comissão Especializada e uma ausência de humildade por parte do Sr. Administrador da UMinho face às recomendações do Conselho Geral, revelando uma enorme dificuldade em reconhecer falhas no referido Relatório de Contas. Com efeito, da totalidade de recomendações elaboradas pela Comissão (12 no total, com um desdobramento em 3 desta última, bem como um conjunto de gralhas e sugestões de alteração) o Sr. Administrador atribuiu uma a um “lapso” (recomendação 9) e justificou outra (recomendação 12a) com o facto de o Relatório apresentado a este Conselho ser ainda um draft e não a versão final.

Neste sentido, desenvolvo aqui algumas reflexões relativamente a algumas das justificações apresentadas pelo Sr. Administrador para não aceitar as recomendações e que, como membro da Comissão Especializada e, conseqüentemente, membro deste Conselho Geral, não aceito, relevando aqui o facto de, nas recomendações 4 e 6 o Sr. Administrador ter fornecido as seguintes justificações, respetivamente: “O nosso fiscal único não sugeriu a explicação de qualquer quantia expressa nesta demonstração”(pg.41 da ata em apreço) e “De facto, as imparidades de clientes e utentes deveriam ter sido divulgadas na nota 18. Mas os auditores não viram inconveniente” (pg.43 da ata em apreço)

O Sr. Administrador parece ignorar ou negligenciar o facto de o Conselho Geral ser uma terceira voz ou terceira camada no controlo e fiscalização das contas da Universidade do Minho, competindo-lhe chamar a atenção para o que considera ausente, carecendo de explicitação ou como estando erradamente formulado, nomeadamente quando o Fiscal Único não deteta qualquer problema ou não considera um problema, não podendo fornecer explicações desta natureza, mas antes aceitando as recomendações e vertendo-as no Relatório de Contas Consolidadas, como efetivamente deveria ter sido feito e não fez.

Também no que diz respeito ao conjunto de gralhas e sugestões de alteração, o Sr. Administrador, logo na primeira gralha e sugestões de alteração (pg. 55 da ata em apreço) refere que “(...) os utilizadores devem ter um mínimo de conhecimentos contabilísticos, bem como das atividades desenvolvidas pela UMinho”, parecendo desconhecer que o Conselho Geral é um órgão político e não um órgão técnico, não tendo que dominar o conteúdo de nomenclaturas, siglas ou abreviaturas, assim como outros leitores e leitoras que tiverem acesso ao Relatório.

Chamo ainda a atenção para a recomendação 10 (pg 49 da ata em apreço), relativa às propinas pagas pelos/as alunos/as e que a Comissão considerou dever sair da tabela 55, relativa a Rendimentos de Transações com Contraprestação (pg 111 do Relatório de Contas) dado considerar que as propinas (taxas) dos alunos nacionais são rendimentos sem contraprestação. Uma vez mais, o Sr. Administrador não acatou a recomendação, negligenciando o que é referido na NCP 13, relativo a definições e onde se pode ler que: “Transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra

entidade. Transações sem contraprestação são transações que não sejam transações com contraprestação. Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Os alunos nacionais pagam propinas num valor claramente inferior ao que recebem e, por essa razão, aquelas não entram nas transações com contraprestação.

Balizei aqui apenas alguns dos aspetos que considero essenciais para evidenciar a gravidade que atribuo ao tipo de esclarecimentos e argumentação utilizados pelo Sr. Administrador em resposta ao CG e que não se esgota aqui. Esclarecimentos e argumentação que, como membro da Comissão Especializada e, consequentemente, deste Conselho não aceito, dado o desrespeito que aquelas evidenciam pelo Conselho Geral, que em nada dignificam a Universidade e razão pela qual apresento esta Declaração de Voto.

Braga, Universidade do Minho, 21 de Outubro de 2019

A Conselheira,



Maria José Manso Casa-Nova

